

DICOTOMIA DEMOCRÁTICA NA AMÉRICA DO SUL: A ESQUERDA CHILENA E VENEZUELANA

*DEMOCRATIC DICHOTOMY SOUTH AMERICA:
THE CHILEAN AND VENEZUELAN LEFTIST*

Isabela Furegatti Corrêa^()
Regiane Nitsch Bressan^(**)*

Resumo: Este estudo consiste na comparação entre os representantes políticos de cunho esquerdista do Chile e da Venezuela. O trabalho enfatiza a constituição política desses países, a partir de 1990, focando no desenvolvimento democrático na primeira década do século XXI, nos governos de Michelle Bachelet e Hugo Chávez. Ambos os países são elucidados como paradoxos democráticos sul-americanos, por causa da relação desses líderes e da satisfação populacional. Para tanto, o trabalho realiza uma breve discussão sobre o ressurgimento do neopopulismo na região, exaltando políticas sociais efetivadas e o nível democrático lobrigado pela população chilena e venezuelana.

Palavras-chave: Democracia, neopopulismo, América do Sul.

Abstract: This paper focuses in comparing the leftist political representative in Chile and Venezuela. Emphasizing the political constitution of these countries since 90's, focusing on the development on the first decade of the 21st century, during the Bachelet e Hugo Chávez's governments. Both countries are hereby depicted as democratic paradoxes concerning the South-American region due to the relationship between these leaders and the population's satisfaction. To this aim, this paper provides a brief discussion about the resurgence of neopopulism in the region, exalting effectual social policies and the democratic level noticed by the Chilean and Venezuelan population.

Key-words: Democracy, neo-population, South America.

(*) Bacharel em Relações Internacionais pelas Faculdades Integradas Rio Branco. *E-mail:* <isabelafuregatti@gmail.com>.

(**) Mestre e Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo e professora de Relações Internacionais das Faculdades Integradas Rio Branco. *E-mail:* <regianebressan@usp.br>. Recebido em 10.03.11 e aceito em 05.03.12.

INTRODUÇÃO

No começo desse século, a ascensão de políticos de esquerda no cenário sul-americano constituiu fato notório para a análise da democracia nos países da região. As ascensões do governo de Hugo Chávez na Venezuela e a manutenção da *Concertación* de centro-esquerda no Chile constituem exemplos da ideologia de esquerda, refletindo a necessidade do fortalecimento estatal e do reforço de questões sociais, deteriorados pelas reformas estruturais neoliberais da década anterior (VIGEVANI, 2006).

Nos anos 1990, o abandono das condutas desenvolvimentistas disseminadas nas décadas anteriores, a favor do paradigma neoliberal, representou a precariedade econômica e social nos países da América Latina. O sistema de substituição de importações disseminado pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) não alcançou o desenvolvimento prometido. Por sua vez, as instabilidades políticas, em meio a ditaduras e levantes sociais, culminaram em fragilidade estrutural, gerando colapso econômico junto à crise mundial das décadas de 1970 e 1980 (GILPIN, 2002).

Com isso, os países latino-americanos conviveram na década de 1990 com graves problemas inflacionários, *déficits* públicos e endividamentos externos elevadíssimos, além de pobreza e disparidades sociais. Assim, os movimentos de esquerda, que ainda persistiam na América Latina, perderam força, ficando à sombra de um sistema mundial globalizado e liberal que se conformava com reformas estruturais divergentes daquelas por esses movimentos representadas (CASTAÑEDA, 1994).

Entretanto, ao longo dos últimos anos do século XX, a esquerda na América do Sul manteve-se constante no âmbito político e em meio à população (*ibidem*). Mesmo depreciada, esta voltou imperiosa, principalmente pelo seu discurso igualitário e carregado de diplomacia política (VIGEVANI, 2006). No Chile, uma coalizão de centro-esquerda iniciada na década de 1980, a *Concertación*, mesclou condutas de alinhamento ao mercado internacional com questões domésticas de âmbitos sociais (COUTINHO, 2006). Na Venezuela, o mesmo cenário foi vislumbrado no governo de Hugo Chávez, quando este passou a ser visto como uma esperança por parte da população para a reversão dos problemas sociais persistentes no país, sob o discurso embandeirado na justiça social, nacionalista e de defesa dos interesses do Estado (VILLA, 2005).

A eleição desses políticos, tendo permanecido a *Concertación* por quatro mandatos consecutivos no poder e Hugo Chávez ascendido e permanecido no poder por mais de dez anos, pôde representar uma mudança significativa no contexto político latino-americano. Independente da eficácia de seus governos, *a posteriori*, essas ascensões representaram a re-provação do neoliberalismo na região, além da necessidade de reformas e ajustes políticos de cunho sociais, que viabilizassem melhorias na qualidade de vida de suas populações (COUTINHO, 2006). A ascensão desses representantes políticos, de cunho esquerdista, mas imbuídos de hibridismo político, revelou formas distintas de liderança e governança, justificando, nesse trabalho, a escolha desses governos para análise comparativa.

O impacto da esquerda na América do Sul ocorreu, sobretudo, pelas ineficiências vislumbradas na região (SMITH, 2005). A série de vitórias eleitorais dos governos esquerdistas possivelmente reflete que o neoliberalismo, no âmbito social, não cumpriu

suas promessas, ou seja, mesmo influenciado de forma benéfica na economia, o desagrado populacional advindo das ineficiências internas, prevaleceu. Com isso, a expressão popular passou a reivindicar maior abertura dos Estados às suas necessidades, discurso ofertado justamente pelos políticos de esquerda (CASTAÑEDA, 1994).

Embora os políticos de esquerda do Chile e da Venezuela, apresentem similaridades quanto suas ideologias, apresentaram divergências determinantes em suas condutas governamentais para a resolução das necessidades sociais, ferindo, algumas vezes, o compromisso democrático (SCHAMIS, 2006). Dessa forma, pode-se inferir que eles representam o paradoxo da formação da esquerda nos países sul-americanos. Assim, a análise dos fatores que culminaram na ascensão desses governos, bem como o exame das divergências e similaridades de suas constituições políticas, são determinantes para concluir como tais condutas políticas favoreceram o desenvolvimento social e comprometimento democrático em cada um destes países.

Assim, este estudo objetiva revelar as razões que incitaram tais sociedades a elege-rem estas representações. Em seguida, serão demonstradas as divergências e similaridades dos políticos de esquerda eleitos no Chile e na Venezuela, Michelle Bachelet e Hugo Chávez, respectivamente. Por fim, será discutida a questão democrática entendida pelas suas populações, a partir da obrigação de seus líderes com as políticas de cunho social e desenvolvimentistas.

Para tanto, o presente trabalho está estruturado em cinco seções. A primeira seção trata do movimento de esquerda e do neopopulismo na América Latina, trazendo as principais definições teóricas utilizadas neste estudo e introduzindo a temática no contexto regional. A segunda e terceira seções analisam, nessa ordem, a estrutura política e institucional no Chile, nas décadas de 1990 e 2000 e, na Venezuela, a partir de 1999, com a ascensão de Hugo Chávez.

Por sua vez, a quarta seção retoma as principais questões analisadas ao longo do trabalho, conjuntando as propostas e efetivações políticas de âmbitos sociais com o reflexo que estas detiveram perante as sociedades chilena e venezuelana. Embasam-se em índices sociais e na percepção quanto ao nível democrático de Chile e Venezuela respectivamente, bem como a satisfação populacional ante esses governos. Por fim, a quinta seção apresenta algumas conclusões ao confrontar os dados dos dois países quanto à estabilidade democrática, o apoio ao governo e a exigência populacional.

Vale fazer alusão que a escolha pelo Chile e Venezuela deu-se pelas suas reformas políticas da esquerda sofridas na última década, partindo do pressuposto de que a *Concertación* centro-esquerdista chilena é mais heterogênea em sua constituição política do que a esquerda de Hugo Chávez. Entretanto, ainda assim, ambas cingidas pela ideologia esquerdista e pelo populismo que, por estes representantes, voltam a infiltrar-se no âmbito político latino-americano neste período supracitado.

1. O MOVIMENTO DE ESQUERDA E O NEOPOPULISMO

Na década de 1990, com o fim do eixo fundamental do socialismo — a URSS — em face do advento da globalização e das políticas neoliberais implantadas na região,

mudanças ocasionadas na América Latina influíram no posicionamento político e ideológico do movimento esquerdista. Mesmo que nesse movimento tenham prevalecido necessidades imperiosas de transformação social, alguns governos de esquerda revelaram disparidades entre suas políticas e ideologias⁽¹⁾. Fato identificado nos governos de Lula da Silva (Brasil) e da família Kirchner (Argentina), os quais, na prática, não se limitaram às políticas de esquerda. Assim, o desgaste do modelo neoliberal não representou seu declínio. Nessa primeira década, verificam-se a adoção de um modelo político heterogêneo, que mesclou tanto questões de âmbito social, embasadas no nacionalismo, quanto iniciativas econômicas neoliberais.

Portanto, diante das mudanças econômicas neoliberais, muitos governos adotaram diversas regras liberalizantes, no intuito de fomentar o desenvolvimento econômico na região. Assim, é possível constatar diferenciações entre políticas e ideologias dentro da vertente esquerdista. Tais diferenciações viriam a conformar, nos primórdios do século XXI, um novo modelo de imagem política: o “neopopulismo” (WEYLAND, 2004).

O neopopulismo é entendido como uma forma política pós-moderna (TRAINE, 2004). Baseados no populismo clássico, os atuais políticos usufruiriam da insatisfação populacional latino-americana, relacionada às reformas neoliberais, aos governos militares de décadas anteriores, ou mesmo à insatisfação relacionada aos governos democráticos instáveis dos últimos vinte anos na região. Os políticos se utilizariam desse tipo de descontentamento para emergirem como novos representantes do povo (WEYLAND, 2004). Para Marta Lagos (2001), a deficiência democrática na América Latina seria fator determinante para a desconfiança social, reverberando a ascensão de políticos esquerdistas, de discursos neopopulistas, via escrutínio da população.

Por sua vez, a população passou a ter ciência de que um Estado democrático não significa viver em um Estado que propicie parâmetros adequados para maior democratização (LIEVESLEY, 1999). Como exposto por Peter H. Smith, “*o desenvolvimento não gera democracia, e sim o oposto: democracia ocasiona o desenvolvimento*” (2005, p. 50). Fundamentada nessa ideia, a esquerda latino-americana adquiriu seus méritos, sendo vista por sua população como um instrumento pelo qual reivindicaria maior democratização dos seus países.

Contudo, a questão é saber se essa nova geração de líderes latino-americanos realmente propicia políticas pragmáticas, que aliviam os deslocamentos econômicos e sociais, as quais historicamente são utilizadas por políticos populistas, geralmente de caráter *personalista* para ascenderem ao poder. Embora o personalismo não seja exclusivo aos representantes de esquerda, alguns líderes neopopulistas demonstram esse caráter em seus discursos. São líderes cujo trabalho está voltado à causa pessoal, mesmo que elaborem um discurso pela causa do povo, deformam o princípio democrático, já que suas atitudes conferem ao seu regime um caráter autoritário (SMITH, 2005).

(1) Importante salientar que os movimentos de esquerda apresentam diversas vertentes dentro de sua própria ideologia política, ou seja, a esquerda pode ter caráter comunista ou populista, reformista ou castrista, civil ou político-militar (SCHAMIS, 2006). Contudo, todas convergem entre si, em prol da enunciação do interesse populacional, seja por meio de expressões sociais, intelectuais ou movimentos populares.

A partir de 2000, foi possível vislumbrar a reconfiguração política nas nações latino-americanas. Apesar das fragilidades e dificuldades, a democracia se estabeleceu como forma de governo dominante na região. Os representantes esquerdistas se fortaleceram, sobretudo pela ampliação de suas bases sociais. Alguns políticos encontraram resultados positivos, utilizando-se de hibridismo ideológico e político, gerando resultados democráticos satisfatórios à sua população. Outros, de forma mais radical, exercem a democracia de forma autoritária, dando predileção ao nacionalismo exacerbado e à conduta “personalista”; o que pode representar tanto bônus quanto ônus à população que sob sua égide se estabelece (COUTINHO, 2006).

No entanto, é incontestável que, desde a década de 1990, os governos nacionais latino-americanos são eleitos por votos oriundos, sobretudo, das populações menos privilegiadas. É justamente neste escopo que a força dos políticos de esquerda estaria embasada: na precariedade social da região. O discurso nacionalista e favorável às necessidades populacionais retém a atenção do povo perante uma situação interna ineficaz (BOBBIO, 1995). As estruturas sociais desiguais presentes na região são o alvo sobre o qual os políticos neopopulistas trabalham.

2. *CONCERTACIÓN*: A REDEMOCRATIZAÇÃO NO CHILE

Segundo Alves de Freitas⁽²⁾, a redemocratização no Chile se diferenciou por criar um arco de alianças abrangente que, de forma híbrida, adequou as necessidades de mercado à conduta política e ideologia estipulada pelos partidos ascendidos ao poder. Dessa maneira, além das mudanças políticas efetivadas e dos políticos que as realizaram, a transição democrática chilena foi embasada na “negociação” entre regime autoritário e a oposição, o que configurou ao país características flexíveis e assertivas no que se tange ao âmbito social (O’DONNELL, 2007).

Embora as manifestações em massa, conhecidas como *protestas*, contra a ditadura de Augusto Pinochet, fossem intensas, a alteração da ordem política do país aconteceu somente pela iniciativa do governo de Pinochet. O ditador induzido pela necessidade de ‘personificar-se’ perante a população chilena permitiu a mudança, no intuito de institucionalizar e legitimar a constituição do país (SIGMUND, 2007).

Por meio da Carta Constitucional de 1980, um Plebiscito foi estabelecido para determinar se Pinochet continuaria no poder ou se eleições nacionais se efetivariam em 1989. O ditador foi deposto, embora o desencadeamento da transição tenha acontecido com ele no centro do poder político, exercendo sua dupla função de Presidente da República e de Chefe das Forças Armadas por mais um ano e meio. Esse processo de transferência é considerado uma exceção à regra, pois raramente os regimes autocráticos estabelecem normas que especifiquem, com antecedência, quando e como o regime militar abandonará o poder.

(2) Professor Doutor José Alves de Freitas Neto, Graduado e Mestre em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1996) e Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (2002), atualmente, é Professor Doutor da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e coordenador de graduação do curso de História da América Latina da mesma. Concedeu entrevista por e-mail no dia 18 de outubro de 2010.

Configurou-se no Chile um sistema bipolar, embora não bipartidário, contendo duas coalizões permanentes, tanto no âmbito da centro-direita como da centro-esquerda (DI TELLA, 2010). A promulgação das eleições abertas, a coalizão multipartidária anti-Pinochet de centro-esquerda, a qual obteve a vitória, seria um marco na *Concertación por la Democracia* (SIGMUND, 2007).

O regime de Pinochet foi responsável pela aderência chilena às regras do neoliberalismo, que tomava forma à época. Entre os seus vizinhos, o Chile está mais tempo em conformidade com as regras de mercado internacionais, por esta adoção precoce de condutas liberais. Ademais, a maciça influência norte-americana neste período de Guerra Fria, moldou também o pensamento político de forma híbrida no país. A conjuntura política, mesclada de iniciativas favoráveis ao liberalismo econômico, determinou a redemocratização chilena, que sob a égide de um regime institucional inexorável, propiciou estabilidade e avanços socioeconômicos ao país (SCHAMIS, 2006).

Tendo o Chile adequado de antemão à abertura de mercado em comunhão à estabilidade política interna que se configurava, o país foi um dos primeiros a aderir às novas mudanças e de forma satisfatória e produtiva para sua economia (DAMMERT; VALENZUELA, 2007). Sua política externa e comercial sempre objetivou benefícios à comunidade empresarial; contudo, o norte da *Concertación* foi manter-se inexorável quanto às formas como estes recursos obtidos seriam investidos à sociedade (*ibidem*).

Em 2000, o socialista Ricardo Lagos (2000-2006/PS) torna-se presidente, dando continuidade à política da *Concertación*: mercado aberto com reversão dos ganhos em investimentos altos à saúde, educação e assistência social (SIGMUND, 2007). Apesar da estreiteza de seu mandato eleitoral, Lagos mostrou-se um presidente muito popular, com 59% de aprovação, aumentou os gastos com educação, instituiu um programa de seguro-desemprego, além das inversões substanciais em saúde (*ibidem*).

Em 2006, Lagos foi sucedido por outra integrante do Partido Socialista, Michelle Bachelet (2006-2010), Ministra da Saúde de seu governo. A nova presidente, assim como os demais advindos da *Concertación*, efetivou um governo que representou a capacidade do sistema em gerar mudanças, mesmo que via continuidade dos programas executados em gestões anteriores (DAMMERT; VALENZUELA, 2007).

Ambos os governos, Lagos e Bachelet, caracterizaram-se pela revitalização, atraindo jovens para o embate político, tornando-os mais reivindicatórios e mais participativos. Ademais, esses governos simbolizaram o neopopulismo eficiente. Bachelet implementou programas de campanha e convocou comissões de especialistas e cidadãos para proporem reformas em áreas como da educação e do sistema eleitoral (WALKER, 2006). Mesmo que particularmente difícil em quesitos de satisfação partidária, a popularidade de Bachelet foi alta (46%), uma vez que projetava força reconfortante e determinação à população chilena (*ibidem*).

3. O “CHAVISMO”: A REVOLUÇÃO BOLIVARIANA NA VENEZUELA

Na Venezuela, em contrapartida, a adoção de políticas de mercado deu-se apenas em 1988 com a ascensão de Carlos Andrés Peres, da Acción Democrática (AC). Enquanto

no Chile, a coalizão multipartidária da *Concertación* tomava forma, vinculando conceitos nacionalistas às regras de mercado internacionais, na Venezuela, inseria-se maciçamente a chamada “democracia de livre mercado”, que viabilizasse os fluxos comerciais e investimentos externos, embasada no “consenso” estadunidense (COUTINHO, 2006).

Desde a década de 1960, os arranjos políticos venezuelanos se basearam no seu potencial petrolífero (SCHAMIS, 2006). As políticas se configuravam em torno dos preços mundiais do petróleo e a economia se embasava nas necessidades das elites, em detrimento do âmbito social do país. Entre 1958 e 1989, formou-se um “pacto populista de conciliação” de elites, denominado de Pacto de *Punto Fijo*. Esse, por sua vez, fornecia à elite venezuelana estabilidade política e habilidade de desenvolver diplomacia defensiva da institucionalidade democrática interna, sendo contrária a golpes de Estado e favorável à distribuição clientelista advinda da renda da exportação de petróleo, como supracitado (VILLA, 2000).

No governo seguinte, a inserção das regras neoliberais no país pelo governo de Carlos Andrés Pérez (1989-1993) apenas representou meio pelo qual as resoluções de problemas financeiros seriam alcançadas, e não efetivamente meio pelo qual a problemática social seria revisada. Dessa forma, a insatisfação social ganhou vulto, algumas revoltas aconteceram, como a de Caracazo⁽³⁾, resultando em milhares de civis mortos. Por fim, a insatisfação culminou em uma tentativa de golpe em 1992, liderada por Hugo Rafael Chávez Frías, oficial militar, fundador do *Movimiento V República*, o qual tinha intuito de efetivar um golpe contra o presidente em exercício (MYERS, 2007).

Em 1994, assumiu a presidência, Rafael Caldera (1994-1999), o qual deu continuidade às condutas neoliberais até então inseridas no país. Com a insatisfação social se agravando e a esquerda venezuelana se fortalecendo, Hugo Chávez fundou o Partido Socialista Único (PSU)⁽⁴⁾, embasando-se em discursos de discordância a todas as regras e condutas liberais inseridas no país até então pelo governo de Pérez. Assim, Chávez organizou uma campanha hábil para a presidência da república, obtendo vitória nas eleições nacionais de 1999 (*ibidem*). Seu governo, fundamentado na “Revolução Bolivariana”⁽⁵⁾, retomou o neopopulismo com características próprias personalistas. Chávez declinou da Constituição de 1961, de forma inadequada, elaborando uma Assembleia Nacional Constituinte para a efetivação da Constituição de 1999, nova e revigorante para uma nova fase política na Venezuela (SORJ; MARTUCCELLI, 2008). As mudanças efetivadas tinham único propósito: estabelecer uma nova relação do líder com a população do país (MYERS, 2007). Assim, colocou-se fim a quatro décadas da democracia *Punto Fijo* na Venezuela, reverberando a desavença por parte daquelas elites ao seu governo (MCCOY; MYERS, 2004).

As promessas de Chávez com relação à nova democracia, honesta, responsável e digna ao povo venezuelano, baseavam-se na “Revolução Bolivariana”. Essa, além de apresentar modificações de âmbito político, econômico e social à estrutura institucional,

(3) Manifestação social ocorrida em Caracas, em 1989, resultante da insatisfação social ao pacote de medidas econômicas neoliberais adotadas pelo governo de Carlos Andrés Pérez.

(4) Denominado também como Partido Socialista Único da Venezuela — PSUV.

(5) Termo criado por Hugo Chávez para designar as mudanças efetivadas em seu governo, embasadas, segundo ele, no ideário de Simón Bolívar, pela disseminação democrática e ênfase da nacionalidade e ideologia latino-americana.

tinha o propósito de recriar o socialismo, conferindo à nação, novo exemplo de socialismo e o posicionando contra a “dominação” dos Estados Unidos da América.

A forma personalista de governo de Hugo Chávez ficou conhecida como “chavismo”. Em linhas gerais, suas “reformas democráticas” deram-se em algumas etapas. Como primeiro passo, a elucidada mudança constitucional, estabelecendo a “Revolução Bolivariana”. A segunda etapa, vinculada à primeira, dar-se-ia pelo enfraquecimento das elites econômicas, partidos políticos, sindicatos tradicionais diante do predomínio do Estado sobre a sociedade civil. Vinculado à sua imagem populista, essas reformas revelavam autoritarismo em seu governo.

Tais medidas culminaram em políticas privilegiadas, sobretudo econômicas. O aumento do preço do petróleo entre 2003 e 2004 elevou investimentos nos setores públicos. Em 2004, diante de um referendo revocatório presidencial, efetivado com o intuito de demovê-lo do poder por seus oponentes — os quais já haviam tentado efetivar um golpe em 2003⁽⁶⁾ — Chávez triunfou. Desta forma, alcançou uma posição singular perante o apoio populacional. Por outro lado, diante da oposição que queria depô-lo, Chávez estabeleceu políticas de cunho mais severo quanto ao controle sobre a economia e sobre os diversos mecanismos de participação cidadã (MCCOY; MYERS, 2004).

Antes, a Venezuela, amplamente reconhecida como modelo de democracia consensual na América Latina, permaneceu rigidamente dividida no âmbito partidário. Chávez decidiu por um posicionamento mais autoritário, enfatizando a ruptura com os Estados Unidos, fornecendo à Venezuela imagem política de nação “antiocidental”, “antiglobalizadora”, terceiro-mundista, apoiada no petróleo e gás (RAMÍREZ, 2007).

3.1. SÉCULO XXI: O NEOPOPULISMO NA VENEZUELA

Em 2006, após uma eleição carismática que incitava a população a comparecer às urnas, Chávez foi reeleito com 62,48% dos votos (*ibidem*). Com menos representantes eleitos na Assembleia Constituinte, mas ainda com maioria, a nova candidatura de Chávez mobilizou para as eleições 12 milhões de cidadãos, superando os índices de participação registrados até então (SORJ; MARTUCELLI, 2008). Por outro lado, partidos contrários a Chávez, como o Movimento ao Socialismo (MAS) e o AC, esfacelaram-se, desaparecendo do espectro político pela baixa demanda de votos.

A partir de meados de 2009, iniciou uma terceira fase ainda mais rígida no governo de Chávez. Ele promulgou a emenda constitucional para a reeleição ilimitada que lhe permitiu concorrer novamente ao cargo em 2012⁽⁷⁾. Ademais, também apresentou um projeto para fechar o único canal privado de notícias crítico ao seu governo, o *Globovisión*, e mais de cinquenta emissoras de rádio. Durante seu governo, Chávez manteve relações turbulentas com os principais jornais e emissoras nacionais, aos quais acusou de difundir informações “falsas” contra o seu governo e promover conspirações.

(6) Em 2002, Chávez foi detido por um grupo de militares. Contudo, por falta de apoio popular e dos demais militares, o golpe foi fracassado.

(7) “Promulgo a emenda número um da Constituição Bolivariana, com todo meu coração e meu compromisso com o povo, e juro ao povo que não os decepcionarei. Viva o povo!”, expressou Chávez ao assinar a ata oficial.

Questões atinentes à ideologia bolivariana, as quais contribuíram para firmar seu discurso populista foram a conscientização da identidade latino-americana, o socialismo do século XXI, a democracia participativa, a inclusão rentista (petróleo e a indústria) e o apoio ao declínio do neoliberalismo nos países latino-americanos. O apoio a essas questões crescia diante da ineficácia de algumas políticas do seu governo, já que os projetos econômicos não eram exorbitantes, o processo democrático estava em construção e os problemas sociais e políticos básicos persistiam.

Assim, o governo Chávez se resumia na conjunção de quatro fatores: rigidez institucional bipartidária, a qual não proporciona a participação de novos atores políticos, além de polarizar as eleições, dificultando a vitória dos demais candidatos; baixa redistribuição econômica; débil capacidade de governar; e crescimento, diversificação e mobilização de organizações sociais (RAMÍREZ, 2007).

Além de pretender expungar o neoliberalismo, sua política externa é marcada por seu ativismo. Impasses com os Estados Unidos, atinentes ao petróleo nas Bacias Caribenhas, são alguns de seus focos principais. Por outro lado, Chávez confronta países desenvolvidos, utilizando-se do discurso socialista para justificar as barreiras democráticas que impõe (KRASTEV, 2006).

Assim, ao longo desses anos no poder, é possível afirmar que embora ainda reúna características do populismo, sobretudo do populismo autoritário, apoiado em seu carisma, Chávez transitou de um nacionalismo popular para um regime mais abertamente autoritário a partir de 2006 (SORJ; MARTUCCELLI, 2008). Dessa forma, mesmo que tenha favorecido alguns setores populares, Chávez construiu na Venezuela uma nação governada por um só, ou seja, trata-se de um regime político que mantém eleições minimamente aceitáveis e que carece de algumas dimensões fundamentais da democracia liberal (MYERS, 2007). Logo, a redução de certas liberdades fundamentais de organização e de expressão põe em dúvida sua fidelidade quanto aos preceitos originais da “República Bolivariana” de Simón Bolívar (*ibidem*).

Com tais condutas, sua popularidade já apresenta queda. Pesquisas de 2010 estimaram a aprovação do presidente em 37%, queda de 20 pontos em relação a 2009. No referendo que permitiu o líder venezuelano concorrer ao terceiro mandato em 2012, o líder obteve êxito. “Vem aí um processo de radicalização do socialismo (...). Iremos radicalizando democraticamente a revolução porque é uma necessidade”, declarou Chávez, nas eleições legislativas de 2010. Inversamente, como dito por Simón Bolívar, coincidentemente mártir de Chávez para a “Revolução Bolivariana”:

“A continuação da autoridade num mesmo indivíduo frequentemente tem sido o fim dos governos democráticos. As repetidas eleições são essenciais nos sistemas populares, porque nada é tão perigoso como deixar permanecer um mesmo cidadão por muito tempo no poder. O povo se acostuma a lhe obedecer, e ele se acostuma a mandar, de onde se origina a usurpação e a tirania.”⁽⁸⁾

(8) No Discurso de Angostura, durante a instalação de um Congresso Constituinte em 1819.

4. A “ESQUERDA” E AS MELHORIAS EFETIVADAS: INDICADORES SOCIAIS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO CHILE E NA VENEZUELA

Independente das representações políticas estudadas, as pesquisas do Latinobarómetro apontam o desejo pela população, nesse novo século, por mudanças efetivas e melhorias palpáveis de âmbito social. Assim, a ascensão e a estada longa de representantes de tendências nacionalistas e à esquerda do espectro político, deram-se, sobretudo, em resposta às ineficiências sociais apresentadas nestes países, principalmente durante a hegemonia neoliberal da década de 1990 (COUTINHO, 2006).

A retomada da democracia em conjunto às políticas econômicas neoliberais não significaram um processo de inclusão social crescente. Como mostram os dados da CEPAL, o índice de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza aumentou em 10% entre o início da década de 1980 e início do novo milênio na América Latina (CEPAL, 2008). Dessa forma, a aderência ao modelo neoliberal foi depreciada pela população latino-americana, a qual passou a preferir um modelo que lhe apresentasse maior coesão social, mudança política e transformação democrática (SORJ; MARTUCCELLI, 2008). Como mencionado, esse cenário proporcionou a ascensão de novos políticos com promessas de políticas públicas diferenciadas, acometidas de assentamento nacionalista, comprometidos em transformar as estruturas de pobreza e desigualdade que assolavam seus países à época.

A *Concertación* chilena aconteceu nesses moldes — todavia, é considerada um caso à parte. Além de ser um marco ao fim do governo ditatorial, adotou políticas econômicas liberais antes mesmo da insurgência da agenda neoliberal nos países vizinhos. Ademais, a *Concertación* sempre impediu qualquer crise que acarretasse no desencadeamento de reversão autoritária. Para a estabilidade política e manutenção de governabilidade, optou pela democracia e por coalizões partidárias, para que se desenvolvesse de forma robusta, unindo os benefícios de um livre mercado com a eficácia de investimentos públicos bem direcionados (DAMMERT; VALENZUELA, 2007).

Por sua vez, na Venezuela, configurou-se uma esquerda diferenciada. Sob a égide da figura personalista de Chávez, instaurou-se uma força de esquerda que transcende as conformações de partidos políticos. De movimento mais amplo, o novo modelo venezuelano “chavista” apresentou forte nacionalismo e sólida confrontação com os Estados Unidos, opondo-se ao relacionamento deste com os países vizinhos.

Embora as discrepâncias entre esses governos, os discursos políticos que os levaram ao poder foram emersos na redemocratização social. Contudo, uma vez no poder, esses representantes apresentaram condutas políticas diversas, nem sempre condizentes com os quesitos sociais demandados pela população. Coube à população avaliar se as políticas públicas propostas se instauraram e se foram satisfatórias. Após vinte anos de *Concertación* e mais de dez anos de Chávez, é cabível também mensurar o que foi efetivado e as razões pelas quais as populações os reelegeram.

4.1. POLÍTICAS PÚBLICAS: IMPORTÂNCIA SOCIAL E POLÍTICA

Com o fim do socialismo, a década de 1990 estabeleceu o mercado como instância suprema de coordenação das atividades econômicas, instigando os Estados a modifica-

rem seus modelos econômicos adotando políticas liberais, como mencionado. Contudo, a intensificação do processo de globalização das economias e a privatização da infraestrutura pública, embora gerassem eficiência econômica, ocasionaram o aumento do desemprego formal e a flexibilização da mão de obra (DUPAS, 1998).

Como consequência, os governos latino-americanos foram pressionados a garantir proteção social às crescentes populações carentes, diante da incoerência de seus recursos orçamentários fragilizados pela meta imperiosa de contenção dos déficits. Portanto, essas novas representações neopopulistas tiveram como escopo o atendimento dessas expectativas populacionais, para minimizar a dissonância entre populações e governos, aumentando a estabilidade política. Não diferentemente, as políticas efetivadas nos governos da *Concertación* e de Chávez se utilizaram deste primórdio.

4.2. CHILE: O CONCERTO VIA REDEMOCRATIZAÇÃO

A *Concertación*⁽⁹⁾ foi capaz de criar um arco de alianças abrangente, que preservou os fundamentos econômicos alinhados ao mercado, mas que ao mesmo tempo apresentou políticas sociais de inspiração esquerdista. Dessa forma, a coalizão lançou as bases para o que se tornaria uma das economias mais bem-sucedidas da América Latina; combinação de crescimento robusto e eficiente, que enveredou investimentos públicos em infraestrutura e programas sociais, reduzindo a taxa de pobreza de 40% em 1990 para menos de 18% em 2006 (DAMMERT; VALENZUELA, 2007).

A junção da democracia e Estado foi tão bem-sucedida no Chile, que a *Freedom House*⁽¹⁰⁾ classificou o Chile como uma das sociedades mais livres da América Latina. Já os dados da *Transparency International*⁽¹¹⁾ colocaram o país ligeiramente abaixo dos Estados Unidos, mas acima da França e Itália quanto ao seu baixo índice de corrupção.

Além disso, a “Democracia dos acordos” chilena, de tendência bipolar entre a coalizão centro-esquerdista (*Concertación*) e a coalizão centro-direitista (Aliança), propiciou estabilidade política interna, viabilizando o crescimento embasado na igualdade (WALKER, 2006). De acordo com o Panorama Social da CEPAL (2009) na década de 2000, dentre os países latino-americanos, o Chile aumentou significativamente seus gastos públicos sociais, direcionando 17,7% de seu PIB para esse fim. O bem-estar populacional também aumentou, na primeira década da *Concertación*, o apoio à democracia subiu de 54% para 57% (LAGOS, 2001). Já em 2009, 59% da população apoiava a democracia instaurada no país (LATINOBARÓMETRO, 2009).

Ricardo Lagos (2000-2006) também deixou o cargo com aprovação de 70%. Sua administração foi responsável por revitalizar as características democráticas do país, apagando heranças do regime militar, como regras constitucionais que instituíam sena-

(9) Prof. Dr. José Alves de Freitas Neto, em entrevista por e-mail realizada em 18 de outubro de 2010.

(10) *Freedom House* é uma ONG dos Estados Unidos, fundada em 1941, cujo trabalho consiste em pesquisar, defender e promover os direitos humanos, a democracia, o livre mercado, o estado de direito, os meios de comunicação independentes e outras questões mundo afora. Dados de 2007.

(11) A *Transparency International* é uma ONG fundada em 1993, que luta contra a corrupção, defendendo a transparência governamental e temas interligados. Dados de 2007.

dores nomeados, regras que impediam a demissão dos comandantes militares e concediam a supervisão das forças armadas aos líderes eleitos (DAMMERT; VALENZUELA, 2007).

Além disso, no seu governo, a significativa renovação do exército e o empenho do sistema judicial em descobrir e enumerar violações dos direitos humanos da era Pinochet completaram a transição do autoritarismo para a democracia no Chile.

A ascensão ao poder de Michelle Bachelet representou a manutenção do Partido Socialista na liderança. A nova presidente conseguiu retratar-se como renovação e mudança, prometendo uma sociedade mais inclusiva via “Governo dos cidadãos”. Bachelet representou uma liderança em parceria com a sociedade, elevando o Chile a um patamar mais elevado de desenvolvimento. Sua primeira iniciativa como governante foi estabelecer o início das “36 medidas para os primeiros 100 dias”, que abrangiam diferentes escopos de âmbito social, como desigualdade, educação, assistência hospitalar gratuita imediata aos maiores de 60 anos, reajuste das pensões mais baixas, beneficiando imediatamente um milhão de aposentados. Ademais, tais iniciativas incitaram o retorno do relacionamento com as forças armadas chilenas, para que essas empenhassem o seu próprio papel como defensores da política no país (*ibidem*).

A eleição de Bachelet representou um afrontamento ao conservadorismo social (WALKER, 2007). Ela afrontou o conservadorismo instigando, também, mudanças nas condições sociais das mulheres. De acordo com o Latinobarómetro (2009), em um levante de 18 países latino-americanos, analisados e questionados quanto à percepção de discriminação, o Chile culminou em último lugar, demonstrando eficiência política no quesito de adequação de gêneros.

Entretanto, cabe salientar alguns pontos negativos do governo de Bachelet. Sua administração não conseguiu manter o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), o qual esteve em baixa durante três anos do seu governo. Na década de 1990, o PIB chileno deteve um crescimento de 7,6%, mas a crise asiática dos anos 2000 culminou em uma diminuição drástica dessa expansão econômica, já que afetou diretamente a demanda e os preços do cobre, principal produto chileno nos mercados internacionais. Assim, mesmo durante os seis anos do mandato de Lagos, o PIB cresceu apenas 4,3%.

Outras questões também afetaram o governo de Bachelet: greves constantes de alunos exigindo melhorias no ensino secundário e a brusca queda no salário de níveis profissional e técnico, para reaver a problemática econômica. O alto desemprego juvenil e a inflação sofreram aumento em meados de 2008, de 7,8%; e nos primeiros nove meses de 2008, alcançaram o preocupante nível de 10% (*ibidem*). As políticas ambientais também se fizeram ausentes em seu governo. Desta forma, Bachelet e sua equipe pareciam incapazes de gerir a crise que se conformava, confrontando queda em sua taxa de aprovação (DAMMERT; VALENZUELA, 2007).

O desafio do governo chileno naquele momento foi adequar as elites políticas de forma mais inclusiva, salvaguardando o seu papel essencial como instrumento de governabilidade democrática. Como Bachelet nunca esteve entre os favoritos das elites políticas da *Concertación*, já que sua candidatura foi decorrente do apoio popular, ela

se propôs governar enfatizando a participação e consulta quanto às políticas públicas, além do esforço em renovar o quadro de dirigentes (PÉREZ, 2009). Mesmo assim, sua caracterização neopopulista, de grande aprovação popular, gerou ceticismo e resistência. Dentro da *Concertación*, houve dúvidas sobre sua capacidade de governar, reiteradas paulatinamente pela oposição direitista. Com isso, houve crescimento de eleitores para candidatos de direita, o que não se vislumbrava até então, sobretudo pela correlação com o regime de Pinochet. Contudo, esta correlação começou a ceder conforme os anos transcorreram e os ideários de direita passaram a sobressair aos olhos, principalmente, dos jovens da sociedade chilena (WALKER, 2007).

Juntamente à redução do apoio aos partidos da *Concertación*, a democracia chilena enfrentou novos desafios. A incursão cada vez mais contundente do Unión Demócrata Independiente (UDI), partido identificado ao regime militar e a elementos morais mais conservadores dentre os jovens e a elite da sociedade chilena, passou a ser um alerta à *Concertación* (DAMMERT; VALENZUELA, 2007). Ademais, candidatos da direita Renovação Nacional passaram a obter um percentual mais elevado de apoio popular, como Sebastián Piñera⁽¹²⁾, um dos 10 políticos mais bem avaliados pela população de acordo com a pesquisa nacional do Centro de Estudos Públicos, em 2006.

Embora os progressos alcançados, um dos principais agravantes do governo de Bachelet foi a desigualdade persistente. Um relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), de 2005, que inclui o coeficiente de Gini, colocou o Chile no 110º lugar em um total de 124 países. O mesmo relatório indica que a renda dos 10% de chilenos mais ricos é 31,3 vezes maior que a dos 10% mais pobres. A pesquisa sobre orçamento familiar do Instituto Nacional de Estatística (INE), realizada entre 2006 e 2007, revelou que em 80% dos lares da grande Santiago a renda não seria suficiente para cobrir as despesas básicas, levando-os ao crédito formal ou informal.

Dessa forma, a aprovação populacional de Bachelet foi inferior à aprovação de seu antecessor, Ricardo Lagos, 46% e 59%, respectivamente. Assim, embora a economia estivesse estabilizada e o índice de corrupção fosse baixo, a população chilena não se encontrou inteiramente satisfeita, uma vez que dentre 100 pessoas, 46 apenas acreditavam que a democracia seria a solução para os problemas do país. Mesmo que esse índice se apresentasse elevado, configurando o país dentre os mais democráticos e desenvolvidos da América Latina, a configuração inexata do então prometido durante as eleições, direcionaram a sociedade chilena a enaltecer representantes políticos mais conservadores, mesmo que estes remetessem ao regime militar de Pinochet.

Logo, os problemas sociais que Bachelet enfrentou não foram simplesmente o legado de governos anteriores. Trata-se de problemas estruturais, cuja origem está na Constituição herdada da ditadura (DAMMERT; VALENZUELA, 2007). Conclui-se que em seu governo, houve proximidade com a população, sobretudo, nas políticas públicas adotadas. Porém, a falta de resultados consistentes de cunho econômico e social, repercutiu na insatisfação parcial da população sobre a governança da *Concertación*.

(12) Embora não contemplado ao panorama temporal deste trabalho, vale salientar que Sebastián Piñera é o atual Presidente do Chile, eleito no final do ano 2009.

4.3. DO PUNTOFIJISMO À REVOLUÇÃO BOLIVARIANA

Hugo Chávez em seu discurso extremamente nacionalista deteve a atenção populacional, levando esperança sob uma promessa de demolir as elites tradicionais e configurar um governo do povo. Com a “Revolução Bolivariana”, iniciou uma série de mudanças no sistema econômico e político do país. Sob a égide do Movimento Quinta República (MRV), Chávez trabalhou por reformas políticas embasadas na eleição da nova Constituinte e na demolição do Pacto *Punto Fijo*; a partir de então, conseguiu esfacelar tal institucionalidade de forma legítima. Com a nova Constituição, ele somou aos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) o Poder Cidadão e o Eleitoral; ademais, concedeu votos aos militares e transformou o poder legislativo de bicameral em unicameral, ou seja, o poder do país ficou concentrado apenas em um parlamento. Essa centralização de poder concedeu ao MVR — que elegeu nas mesmas eleições 125 deputados, enquanto a oposição apenas seis candidatos — um poder decisório ímpar, sobretudo na conformação das disposições da nova Constituição. Além disso, delegou ao Estado poder supremo no processo econômico do país, utilizando o setor privado apenas como instrumento de fortalecimento da soberania econômica (VILLA, 2000).

Com apoio interno robusto, Chávez efetivou a reforma constitucional permitindo a “refundação” do país e uma ordem política plebiscitária. Por meio de 49 “leis habilitantes”, foi aprovado um poder excessivo ao presidente, outorgando-lhe o poder de legislar sobre qualquer matéria (VILLA, 2005). Entretanto, mesmo gozando de tanta autoridade, os problemas financeiros do país não foram sanados prontamente. Pressões sociais surgiram, advindas principalmente da classe média, que apoiou Chávez nas eleições de 1999. Mesmo com o desenvolvimento de políticas fiscais e monetárias, com o pagamento da dívida externa, com o incremento da participação de capital transnacional e o fortalecimento da importação para satisfazer o mercado interno, a sociedade não conseguia vislumbrar melhoras (SORJ; MARTUCCELLI, 2008). Greves petrolíferas ocorridas nos primeiros anos de seu mandato, juntamente à tentativa de golpe sofrida em 2002, agravaram essa instabilidade, além de assinalar os sintomas de transformação social (VILLA, 2005).

Graças aos altos preços do petróleo a partir de 2003-2004, produziu-se uma expansão do gasto público e uma reorientação da riqueza, por meio das *missiones*, que ampararam os setores mais carentes da sociedade. Assim, as *missiones* detiveram um intuito híbrido: favorecerem setores da saúde e educação em localidades carentes e, ao mesmo tempo, contribuíram com votos e apoio popular a Chávez (BECERRA, 2006).

Depois do fracassado golpe de 2002 e da pressão sofrida pela população, o objetivo de Chávez foi reconquistar o apoio do setor social médio por meio da conciliação nacional e de políticas públicas efetivas (VILLA, 2005). Para tanto, Chávez buscou aproximação aos setores privados empresariais. Contudo, o país havia chegado a um grau de polarização política que tornou inconcebível a reaproximação, sobretudo a políticos elitistas ou advindos da oposição.

Diante de tal polarização, a partir desse momento, evidenciou-se a intencionalidade de maximização do desempenho político-eleitoral de Chávez, mediante políticas públicas e sociais, ou seja, pensando em angariar votos para a próxima eleição e permanecer no poder, Chávez instala uma série de medidas políticas que beneficiam a população

mais carente, sem se preocupar com os efeitos dessas políticas sobre a atividade econômica nacional e os gastos públicos. Esse comportamento é explicado pela perspectiva teórica dos ciclos políticos desenvolvido por Downs (1957): os políticos se utilizam de todos os instrumentos disponíveis para garantir a reeleição, podendo inclusive estar em desacordo com os seus partidos políticos e eleitores pretéritos.

Assim, mesmo perante tal instabilidade política e social, os efeitos dessa estratégia política de Chávez puderam ser conferidos pelos dados do Latinobarómetro (2004). Em 2004, o apoio populacional à democracia instaurada era de 74% contra 60% de 1998, ou seja, mesmo configurando um governo à beira do autoritarismo, o impacto de Chávez na cultura política teve efeitos mais duradouros do que em outras alternâncias no poder. Com as *missiones*, programas sociais e organização de referendos, os quais fornecem à população percepção de maior participação nas dinâmicas políticas do país, Chávez conquistou seu eleitorado. Diante dos 60% das preferências eleitorais, no referendo revocatório presidencial de 2004, Chávez intensificou seu controle sobre a economia, bem como nos diversos mecanismos de participação cidadã (SORJ; MARTUCCELLI, 2008).

Dessa maneira, em 2006, sua reeleição não forneceu margem para dúvidas quanto sua popularidade. Independente das parcelas populacionais favoráveis à sua representação política, houve aumento considerável nas votações, que são facultativas; além de 56% do eleitorado considerar o processo eleitoral legítimo e não fraudulento (LATINOBARÓMETRO, 2006). Nesse período, a expectativa de melhoria do país era a maior dentre 18 países latino-americanos: 47% da população acreditava ser possível, naquele momento, haver esperanças de sair da pobreza. Ainda, em 2006, em escala de um a dez, os venezuelanos consideraram a democracia de seu país em nível sete, o segundo maior percentual da pesquisa efetivada (*ibidem*).

Mesmo após a intensificação de seu autoritarismo no segundo mandato, a política de Chávez, reverberou de forma satisfatória à população, de acordo com as estatísticas do Latinobarómetro (2009). Em 2009, 32% de população consideraram a distribuição de renda no país satisfatória, posicionando a Venezuela em segundo lugar no *ranking* da pesquisa. Em relação à democracia, 47% julgaram-na satisfatória; e 42% consideram que a representação política governa para o bem de toda população.

Assim, o neopopulismo de Chávez, personalista e autoritário, e ao mesmo tempo carismático e hábil na liderança popular, facilitou sua permanência no poder, mesmo diante de protestos da oposição. Ao implementar melhorias, mesmo que essas não tenham resolvido absolutamente todos os quesitos clamados pela população, acabou por angariar confiança populacional quanto ao seu propósito “bolivariano”.

5. CONFRONTAMENTO: A ESTABILIDADE DEMOCRÁTICA E A EXIGÊNCIA POPULACIONAL

Geralmente, líderes que exercem seus mandatos sob aprovação da sociedade tendem a não se sentir compelidos a realizar melhorias por meios apenas consensuais, ou seja, esses líderes acabam enfraquecendo direitos e as vias democráticas, ao amparar parcelas humildes da população por políticas menos democráticas, podendo inclusive piorar o quadro de desigualdade naquela sociedade (SCHAMIS, 2006).

A promoção de políticas públicas neopopulistas, como as *missiones*, as quais em proporções amplas podem ser ineficazes, propiciaram melhorias relativas em determinados bairros ou grupo social, proporcionaram a Chávez, um curral eleitoral maciço e apoio político interno importante. De certa maneira, o governo autoritário de Chávez expressou essa dicotomia democrática, mas, ainda assim, trouxe melhorias à população venezuelana, sobretudo a mais carente.

No Chile, por sua vez, a democracia se expandiu no âmbito legal, todavia, as melhorias efetivas não foram fortemente percebidas pela população; inclusive porque as variações econômicas e sociais não foram demasiadas em relação ao governo anterior. Logo, por meio do paradoxo democrático apresentado, é possível concluir que, se a democracia aliada às mudanças sociais for percebida pela população, facilitará ao representante responsável por essas melhorias, sua permanência no poder (SMITH, 2005; LAGOS, 2001).

Como demonstrado na Tabela 1 e Tabela 2, entre 2000 e 2009, foi vislumbrado no Chile um equilíbrio quanto à satisfação da democracia no país, afora leves oscilações, o país deteve uma estabilidade política e econômica extremamente satisfatória para o padrão latino-americano.

Na Venezuela, por sua vez, as dificuldades sociais da década de 1990, bem como o elitismo percebido à população pelo Pacto *Punto Fijo*, respaldaram o governo de Chávez de maneira não antes vista no país: a população se sentiu acolhida e melhor assistida no âmbito social do que nas décadas anteriores, mesmo havendo uma queda no desenvolvimento social doméstico venezuelano, segundo o IDH. Além disso, a diminuição do desemprego em 8%, aliada ao acréscimo da renda nas populações mais carentes venezuelanas, contribuiu para uma percepção positiva sobre o governo de Chávez.

Tabela 1 — Estabilidade democrática (percepção populacional em porcentagem)

	1996	2009
CHILE	53%	59%
VENEZUELA	68%	84%

FONTE: Latinobarómetro, 1996-2009 (2009).

Tabela 2 — Índices Sociais: Chile e Venezuela

	CHILE		VENEZUELA	
	2003	2008	2003	2008
Alfabetismo	96,20%	95,07%	93,40%	93,00%
Desemprego	9,2%	7%	17%	9,10%
	2006	2010	2009	2010
IDH	0,859 (38°)	0,784 (45°)	0,779(65°)	0,696 (75°)

FONTE: PNUD, 2010.

Desta maneira, é possível concluir que o modelo democrático chileno é mais estável; portanto, os avanços referentes ao desenvolvimento econômico e combate à pobreza são mais lentos e mais difíceis de serem notados. Assim, após vinte anos de estabilidade no Chile, em todos os âmbitos, sob o “comando” da *Concertación*, o nível de exigência populacional é maior. Diferente da Venezuela, onde o nível de exigência da população venezuelana, sobretudo a de regiões periféricas e mais carentes do país, é inferior em comparação à população chilena.

Por conseguinte, embora a instauração da democracia e políticas de combate às desigualdades sejam intimamente relacionadas, a preferência doméstica recai sobre o governo mais eficaz contra a desigualdade, em detrimento ao exercício pleno da democracia. Situação exemplificada pela Venezuela no governo de Chávez.

Por sua vez, o governo chileno apostou no desenvolvimento paralelo e interligado entre democracia e combate à desigualdade, uma vez que pobreza e desemprego também são produtos das promessas não cumpridas de um modelo institucionalizado de democracia. Logo, deveriam caminhar juntos.

Embora, sem tanta popularidade, as políticas adotadas pelo Chile parecem lograr a estabilidade democrática concomitante ao desenvolvimento econômico a longo prazo. Já para Venezuela, cabe o grande desafio de perpetuar o desenvolvimento econômico e diminuição das desigualdades, se adequando aos requisitos democráticos, latentes na região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudos atinentes à satisfação quanto à democracia no Chile e Venezuela, demonstraram que ambos, independentemente de como essa é instaurada, apresentam populações relativamente satisfeitas com seus governos democráticos na última década. No Chile, o percentual de aprovação do governo Lagos foi elevado, bem com o de Bachelet. Contudo, nesse último, a extrema proximidade com a população e a ênfase social foram insuficientes para sustentar algumas medidas econômicas e desenvolvimentistas, configuradas ao longo dos governos, sob a égide da *Concertación*.

Em contrapartida, a democracia, cingindo todas suas minúcias expostas na primeira parte, não foi prioridade entre os anos de 2001 e 2003 na Venezuela. Após o referendo de 2004, a democracia poderia parecer uma intenção governamental, mas, ainda assim, não foi uma meta prioritária de Chávez. O resultado é que as instituições estatais, principais canais pelos quais circulam e se processam os problemas de cunho social, acabaram sendo instrumentalizadas em favor das posições parciais do partido da situação, bem como de seu único líder, deparando a população com o desafio complexo da promoção da democratização, mesmo que de forma substantiva.

No entanto, ressalta-se a satisfação populacional venezuelana. Como elucidado no decorrer do trabalho, dados comprovados pelos estudos do Latinobarómetro, demonstram que, não muito diferente do Chile e dos demais países latino-americanos, a maior parte da população venezuelana encontra-se satisfeita com sua representação política e pela forma de democracia desenvolvida.

Dependendo, portanto, das características intrínsecas da população e da situação do país, havendo uma representação política para o povo, independente do modelo democrático, seja ele institucionalizado, civil, militar ou autoritário, que apresente melhorias sociais, a satisfação populacional tende ao aumento.

Nesse novo século, a América Latina vive um momento importante no seu quadro institucional e na maneira em que tais estruturas se relacionam com a sociedade. É possível inferir que o populismo tenha se recriado em condições políticas e economicamente diferenciadas do vivenciado. Contudo, as representações políticas híbridas vislumbradas na última década, de certa maneira, propiciaram esgotamento em face da agenda política contemporânea.

Com isso, a população passou a enfatizar menos a política e suas formas, priorizando aqueles meios oferecidos por ela, os quais potencializem melhorias coletivas e individuais e preencham o espaço público, atingindo seus cidadãos. Logo, sendo a democracia uma das vertentes do desenvolvimento de uma nação, se mudanças se configurarem por um determinado governo, a população elegerá como sua representação política aquele que preenche essas expectativas.

Os paradoxos foram expostos. Mas o desafio final para a esquerda na América Latina nesse novo século, após seu esmaecimento ante o neoliberalismo na década anterior, é o de conciliar os objetivos de inclusão e igualdade com os demais objetivos, igualmente substantivos, de desenvolvimento econômico e institucionalização robusta e eficiente.

Para tanto, o denominador comum para histórias de sucesso é a existência de um sistema estável de partidos políticos e um processo de tomada de decisão executado não pelo poder executivo, mas pela negociação legislativa. Em todo o resto da América Latina, ainda há muito a ser feito a esse respeito. Uma vez associados aspectos positivos apresentados na Venezuela e no Chile, a incitação de um modelo consistente e revigorado é eminente. Isso precisa apenas ser configurado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AYERBE, Luis Fernando. *Novas Lideranças políticas e alternativas de governo na América do Sul*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.
- BECERRA, Michael Penfold. Clientelism and Social Funds: Empirical Evidence from Chávez's "Misiones". In: *Latin American Politics & Society*. Miami, v. 49, n. 4, p. 63-84, 2007.
- BID. Statistics and Databases. Disponíveis em: <<http://www.iadb.org/research/index.cfm?artid=7048&lang=en>> Acesso em: 25 abr. 2011.
- BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda: Razões e Significados de uma Distinção Política*. Presença: Ed. Lisboa, 1995.
- CANO, Wilson. *Soberania e política Econômica na América Latina*. São Paulo: Editora Unesp: 1999.
- CASTAÑEDA, Jorge G. *Utopia Desarmada: Intrigas, Dilemas e Promessas da Esquerda Latino-Americana*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. *The World Fact book*. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/> Acesso em: 06 out. 2010.

- CEPAL. *Panorama Social da América Latina 2009* — Documento Informativo. Disponível em: <<http://www.eclac.org/publicaciones/xml/9/37859/PSP2009-Sintesis-lanzamiento.pdf>> Acesso em: 21 set. 2010.
- CERVO, Amado Luiz. Sob o signo neoliberal: as relações internacionais na América Latina. In: *Revista Política Internacional*, Brasília, Ano 43, n. 2, p. 5-27, 2000.
- COUTINHO, Marcelo. Movimentos de Mudança Política na América do Sul Contemporânea. In: *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 27, p. 107-123, 2006.
- DAMMERT, Lucia; VALENZUELA, Arturo. Problems of Success in Chile. In: *Journal of Democracy*, New York, v. 7, n. 4, p. 65-79, 2007.
- DI TELLA, Torcuato. Comparação entre os sistemas políticos da Argentina, do Brasil e do Chile. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 25, n. 72, p. 10-20, Fevereiro, 2010.
- DOWNS, Anthony. *An economic theory of democracy*. New York: Harper and Row, 1957.
- DUPAS, Gilberto. A lógica da economia global e a exclusão social. In: *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, v. 12, n. 34, 1998.
- FREDRIGO, Fabiana de Souza. *Ditadura e resistência no Chile: da democracia deseja à transição possível (1973-1989)*. Franca: Unesp, 1998.
- GILPIN, Robert. *A economia política das relações internacionais*. Brasília: UNB, 2002.
- HAM, Christopher; HILL Michael. *The policy process in the modern capitalist state*. New York: Harvest, 1993.
- HOFMEISTER, Wilhelm. A democracia na América Latina. In: *Promessas e esperanças: eleições na América Latina*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2006. p. 7-10.
- KRASTEV, Ivan. Democracy's Double's. In: *Journal of Democracy*, New York, v. 17, n. 2, p. 52-62, Abril 2006.
- LAGOS, Marta. Between Stability and Crisis in Latin America. In: *Journal of Democracy*, New York, v. 12, n. 1, p.137-145, Janeiro 2001.
- _____. Latin America's Lost Illusions: A road with no return? *Journal of Democracy*, New York, v. 14, p. 163-73, Abril 2003.
- LATINOBARÓMETRO. *Informes Anuales: 2004, 2006, 2009*. Disponíveis em: <<http://www.LATINOBAROMETRO.org/>> Acessos em: 27 maio 2011.
- LIEVESLEY, Geraldine. *Democracy in Latin America*. New York: Manchester University Press, 1999.
- LINZ, Juan J. *Totalitarian and Authoritarian Regimes*. Boulder, Colorado: Lynne Rienner Publishers, 2000.
- MAINWARING, Scott. The crisis of representation in the Andes. In: *Journal of Democracy*, New York, v. 17, n. 3, p. 13-27, Julho 2006.
- MCCOY, Jennifer L; MYERS, David J. *The Unraveling of representative. Democracy in Venezuela*. London: The Johns Hopkins University Press, 2004.
- MYERS, David J. Consolidating a Different Democracy. In: *Latin American — Politics and Development*. Colorado: Westview Press, 2007.
- O'DONNELL, Guillermo. The perpetual crises of democracy. In: *Journal of Democracy*, New York, v. 18, n. 1, p. 5-11, Janeiro 2007.
- PÉREZ, Lívio. *Retrocessos e avanços do governo Bachelet*. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*, 2009. Disponível em: <<http://diplomatique.uol.com.br/artigo.php?id=519&PHPSESSID=1c600c9cdba67244676ea7f7398227ad>> Acesso em: 27 out. 2010.
- PNUD. *Relatórios de Desenvolvimento Humano*. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/rdh/>> Acesso em: 03 ago. 2011.

- RAMÍREZ, Carlos S. Luna. Eleições presidenciais na Venezuela 2006: consolidação do projeto da “Revolução Bolivariana” e reafirmação da oposição democrática. *Cadernos Adenauer*, Rio de Janeiro, Ano 7, n. 4, p. 103-115, 2007.
- SCHAMIS, Hector E. Populism, Socialism, and Democratic Institutions. In: *Journal of Democracy*, New York, v. 17, n. 4, p. 20-34, 2006.
- SELIGSON, Mitchell A. The rise of populism and the left in Latin America. In: *Journal of Democracy*, New York, v. 18, n. 3, p. 81-95 Julho 2007.
- SIGMUND, Paul L. *Chile. In: Latin American — Politics and Development*. Colorado: Westview Press, 2007. p. 165-199.
- SMITH, Peter H. *Democracy in Latin America: Political change in comparative perspective*. New York: Oxford University Press, 2005.
- SORJ, Bernardo; MARTUCCELLI, Danilo. *O desafio latino-americano: coesão social e democracia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- TRAINE, Martin. Neopopulismo. O estilo político da pop-modernidade. In: LODOLA, Germán *et al. Neopopulismo na América Latina*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2004. p. 45-59.
- VIGEVANI, Tullo. Os novos paradoxos latino-americanos. In: *Política Externa*, v. 14, São Paulo, p. 17-27, 2006.
- VILLA, Rafael Duarte. Venezuela: mudanças políticas na era Chávez. In: *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, São Paulo, n. 49, p. 135-252, 2000.
- _____. Venezuela: o projeto de refundação da República. In: *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, v. 19, n. 55, p. 153-172, 2005.
- WALKER, Ignacio. Situação política chilena. In: *Promessas e esperanças: eleições na América Latina*, Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, p. 11-18, 2006.
- WEYLAND, Kurt. Neopopulism and Neoliberalism in Latin America: how much affinity?. In: *Third World Quarterly*, London, v. 24, n. 6, p. 1.095-1.115, 2003.
- _____. Neoliberalism and democracy in Latin America: a mixed record. In: *Latin American Politics and Society: Research Library*, Miami, p. 135-156, 2004.